

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Conexão Brasileira

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 20.02.89

Pg.: \_\_\_\_\_

**100 Ecologia e mistificação**

A demarcação das terras ocupadas pelos índios Yanomami, num total de 8,5 milhões de hectares, repõe em cena a seriedade da política indigenista e preservacionista seguida há séculos pelo Brasil. O espírito de conservação do meio ambiente, com a confinação das etnias autóctones em seu habitat natural, transcende em território brasileiro às preocupações dos demais países amazônicos. Vale lembrar que, no passado, a missão humanitária do general Rondon incorporou definitivamente à consciência nacional a idéia de uma Amazônia liberta das agressões ecológicas e viva na expressão demográfica dos índios.

Com os decretos agora emitidos sobre as reservas Yanomami, em cujas áreas o governo fixou três faixas insuscetíveis de qualquer exploração, inclusive o Parque Nacional do Pico da Neblina, resta explícita que as questões indígenas e ecológicas caminham juntas no Brasil. E também patente fica a noção de que a sociedade brasileira mantém-se alerta sobre a necessidade de deixar a Amazônia cumprir o seu destino vegetal e humano, à distância da predação irresponsável.

No caso agora da demarcação das reservas Yanomami, a retirada dali de milhares de garimpeiros, numa operação complexa e cercada de intenso potencial de conflito, o governo demonstra que a violência eventual contra grupos indígenas resulta de ações criminosas impossíveis de conter por via da repressão prévia.

A prática obstinada dessa política, contudo, não é incompatível com os programas de desenvolvimento da Amazônia — antes com estes combina para garantir um futuro equilibrado à região, tanto no que diz respeito à defesa das comunidades indígenas quanto à preservação do meio ambiente. A intocabilidade da região defendida por alguns países, principalmente os extracontinentais, na verdade guarda intenções maldisfarçadas, entre as quais a de impedir que o Brasil explore suas riquezas naturais e as transforme em uma grande fronteira de prosperidade.

Em passado recente, o economista e futurologista Hermann Khan, representante exponencial desses interesses, movimentou certos setores sensíveis da opinião pública mundial em favor de um plano mirabolante. Pretendia unir, pela formação de um lago com área próxima a da Europa Central, as bacias do Amazonas e do Orenoco, com a

resultante inevitável da internacionalização. Sustentou-se essa fantástica utopia em bases pseudo-científicas, de modo a ocultar o objetivo inconfessável da proposta, que era elidir a soberania brasileira na Amazônia.

Desde então, são cada vez mais intensas as teorias construídas para paralisar as ações do governo brasileiro destinadas a fecundar o formidável potencial de riqueza daquela faixa equatorial. A derrubada indiscriminada da floresta geraria o efeito aterrador de suprimir grande parte do oxigênio consumido pela humanidade, enquanto as queimadas agravariam o fenômeno conhecido como **efeito estufa**, o esquentamento catastrófico da camada de ozônio que envolve a Terra. Pura mistificação.

Estudos rigorosos realizados por insuspeitas instituições científicas, inclusive o Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, provam que o oxigênio produzido pela cobertura vegetal da Amazônia só satisfaz ao seu próprio consumo, num processo dinâmico de permuta com o carbono. Quanto ao efeito estufa, cuja consequência final seria o degelo das massas polares por causa da elevação contínua da temperatura terrestre, não há qualquer estudo digno de reverência científica que o comprove. Ao contrário. Organismo oficial norte-americano de pesquisas revelou, há poucos dias, que o clima nos Estados Unidos permanece inalterado há cem anos. E é exatamente no território norte-americano onde o efeito estufa deveria manifestar-se com superior intensidade em relação a outras partes do planeta, devido à queima de um volume fantástico de agentes energéticos industriais, à explosão de motores e à liberação de gases comburentes.

Comprova-se, portanto, que semelhantes teorias não passam de uma fraude — são tomadas como biombo para ocultar projetos de desestabilização da soberania nacional na Amazônia. Nem por isso, como ocorre agora em relação às reservas Yanomami, o governo brasileiro desdenha da necessidade de conceber para a região um projeto estrutural compatível, capaz de resgatá-la para as benesses da prosperidade, preservá-la contra agressões ecológicas e sustentar a perpetuação dos índios. Os Estados Unidos, por exemplo, fizeram exatamente o contrário com as suas florestas e populações indígenas.